

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM**

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 300 – 90480-002 – Porto Alegre

Fone: (51) 3289-7588

Email: comam@smam.prefpoa.com.br

7ª Reunião Ordinária do Comam

Data: 31 de Outubro de 2013

Hora: das 14h40min às 15h45min

Local: Sala de Reuniões da Sede da SMAM, Av. Carlos Gomes, 2120 – Porto Alegre/RS

Porto Alegre/RS

8 de novembro de 2013

Degração: ZAP Multimídia

degravacao@via-rs.net

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 300 – 90480-002 – Porto Alegre

Fone: (51)3289-7588

E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

Aos trinta e um dias do mês de outubro de 2013, o Conselho Municipal do Meio Ambiente se reuniu sala 111, no prédio da SMAM, às quatorze horas e quarenta minutos, para reunião ordinária. **PRESENTES:** Cláudio Dilda, da **SMAM**; Marcos Vinício Mucillo Padilha, do **DEP**; Maria do Carmo Gualdi Lebsa, do **GP**; Neusa Henrich da Rocha, do **DMAE**; Eduardo Fleck, do **DMLU**; Silvana Garcia Marzulo, suplente da **SMS**; Synthia Ervis Krás Borges, da **SMURB**; Guendalina Turcato Oliveira, do **IGRÉ**; Fernanda Zimmermann Teixeira, do **Instituto Econsciência**; Edison Ricardo Kern, do **Maricá**; Paulo Brack, do **INGÁ**; Maurício Scherer, da **UAMPA**; Jupiter Palagi de Souza, da **OAB/RS**; Paulo Fernando de Farias, da **CUT**; Carlos Roberto Santos da Silveira, do **CREA/RS** e Tiago José Pereira Neto, suplente da **FIERGS**. **Justificaram a ausência:** César Augusto Moraes Ferreira Jr, da **GRANPAL**; Ludwig Buckup, do **IGRÉ**; Ricardo Norberto Ayup Zouain e Andréa Pinto Loguercio, ambos da **UFRGS**; Rosane Souza da Silva e Jeane Estela de Lima Dullius, ambas da **PUC/RS**; Walter Rudolf Koch e Magda Creidy Satt Ariolli, ambos do **CRBIO-3** e Rafael Antônio Petry Lonzetti, da **FIERGS**. **Convidados:** Luiz Francisco Costa, do SINDUSCON e membro da Câmara Técnica de Resíduos Sólidos, Emissões e Efluentes. **Ouvintes:** Juliana Stangherlin, da Souto Correia Advogados.

Pauta:

- 1) Aprovação da ata da reunião do dia 26/09/2013;
- 2) Relato da Câmara Técnica de Infraestrutura e Saúde Ambiental (Processos 001.014964.13.2 – ERB Shopping João Pessoa – VIVO S/A; 001.0268580.13.6 – ERB Av. Baltazar de Oliveira Garcia – Claro S/A e 001.032766.13.0 – ERB Estrada Barro Vermelho – Claro S/A;
- 3) Relato da Câmara Técnica Resíduos Sólidos, Emissões e Efluentes;
- 4) Relato da Câmara Técnica do Fundo Pró Defesa do Meio Ambiente;
- 5) Assuntos gerais.

• Relato:

- 1 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Considerando então que temos quórum está aberta a 6ª
- 2 Reunião Ordinária do COMAM 2013. Passo de imediato a palavra para a Cláudia a fim de
- 3 passar a todos os conselheiros as informações de praxe.
- 4 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Boa tarde, primeiro eu gostaria de citar as justificativas
- 5 de ausência. O César, da GRANPAL; o professor Buckup, do Igré; PUC justificou a titular e
- 6 a suplente, Rosane e Jeane; CRBIO também titular e suplente: o Walter e a Magda e da
- 7 FIERGS justificou o titular Rafael. Uma informação também que nós temos: que eu acho
- 8 que na última reunião foi solicitada a formação de um grupo de trabalho para revisão da
- 9 legislação que trata de cadastros de poços em Porto Alegre. Esse ofício então foi para o
- 10 prefeito, foi autorizada a formação desse GT e nós já estamos trabalhando, Secretário,
- 11 para formar esse grupo então. Outra informação – eu até vou colocar aqui para ficar – a
- 12 composição da comissão organizadora da 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente.
- 13 Nós já tínhamos escolhido alguns integrantes e faltava a representação da SMAM. Então

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

14 ficou ali, os últimos nomes: Aline, Mauro e Alex como titulares. Suplentes: a Mônica, a
15 Jaqueline e o Léo. Falta ainda as indicações do DMLU, DEP e OP para a gente fechar esse
16 grupo. Eu acho que podemos passar então para a pauta. Numero um então: aprovação da
17 ata da reunião do dia 26 de setembro.

18 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Todos receberam a ata por e-mail? Algumas emendas,
19 correções? A palavra está com os senhores conselheiros. Acho que a transcrição foi bem
20 feita então, e fiel àquilo que foi aqui dito. Podemos então considerar aprovada a ata? Os
21 favoráveis levantem a mão. Os contrários? Abstenções? Aprovada por unanimidade dos
22 presentes, portanto, a ata de reunião do dia 26 de setembro. E passamos em seguida para
23 o relato da Câmara Técnica de Infraestrutura e Saúde Ambiental. É isso Cláudia?

24 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Isso. Na verdade o relato são três processos de ERB's,
25 estão aqui. Todos também já receberam os pareceres por e-mail? Estão também abertos à
26 aprovação, questionamentos.

27 (...)

28 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Oi?

29 (...)

30 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Duas da Claro e uma da Vivo. Se quiserem dar uma
31 olhadinha está o processo todo aqui.

32 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Também foi...

33 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Foi aprovado pela Câmara de Infraestrutura. Agora
34 passa para o COMAM aprovar.

35 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Foi passado por e-mail para os conselheiros?

36 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Por e-mail. Isso.

37 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Então estamos submetendo aos senhores conselheiros para
38 aprovação os três projetos aqui apresentados. Favoráveis então? Levantem a mão.
39 Abstenções? Duas abstenções. Contrários? As abstenções são? Só para identificar?

40 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Neusa do DMAE e Maurício da UAMPA.

41 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Maurício da?

42 **Maurício Scherer, da UAMPA:** UAMPA.

43 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Da UAMPA. Perfeito. Então aprovado por maioria.

44 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Então o próximo é o relato da Câmara Técnica de
45 Resíduos Sólidos e Emissões de Efluentes. A Magda é a presidente. Não está hoje,
46 justificou sua ausência. Então quem vai falar é o Carlos, vice-presidente da Câmara. Carlos
47 do CREA.

48 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Bom, boa tarde a todos e a todas.
49 Como a Cláudia já disse: a nossa presidente está de férias e coube a mim fazer a
50 apresentação. Os slides foram feitos pela Magda. Eu não tive oportunidade de conversar
51 com ela. Então vou pedir a colaboração dos meus colegas da Câmara que estão aí
52 presentes para me ajudar. Podem interferir a qualquer momento. Vamos tentar então. Em
53 primeiro lugar vamos apresentar a Câmara: e é pela Magda Ariolli que é do CRB, que é a
54 presidente; eu Carlos Roberto Silveira, do CREA, sou vice-presidente; temos a Andréa
55 Pinto, que é da UFRGS; a Daiana da Silva que é do DMLU; a Marília Longo do
56 Nascimento, da OAB; o Luiz Francisco Costa, da FIERGS e do SINDUSCOM também,
57 FIERGS/SINDUSCOM; a Andréia Lima Rosa e a Maria Lúcia do DEP; e a Ana Paola
58 Beltrão e o Juliano da SMAM e a nossa secretária Ana Cláudia. No início do ano fizemos
59 mais ou menos um plano de trabalho que seria da nossa Câmara durante o ano. Então o
60 nosso objetivo primeiro seriam os resíduos dos estabelecimentos de saúde e afins. O que
61 se faria? Pesquisar e identificar empresas cadastradas pelo DMLU como os responsáveis
62 pelas coletas especiais. E pesquisar e identificar também o destino final desses resíduos. E

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

63 também era nosso plano – e foi realizado – uma visita técnica à Unidade de Triagem da
64 Lomba do Pinheiro. E aqui eu queria abrir um parêntese, Secretário. O quão importante é
65 os participantes de uma Câmara visitar o local de um assunto que está sendo tratado na
66 Câmara. Eu falo particularmente por mim e acho que falo pela a maioria dos integrantes da
67 Câmara. Nós fomos visitar a UT da Lomba do Pinheiro até para facilitar as discussões na
68 Câmara e para sentir. Porque uma coisa é que nem foi dito antes Fleck, lá... Uma coisa é tu
69 olhar fotos, até de um lixão – que nem nós tínhamos antigamente – e outra coisa é tu visitar
70 o local.

71 **Sem identificação:** Conversar com os catadores.

72 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Conversar com os catadores. E sentir
73 realmente. Como se diz: sentir na pele o que está sendo realizado lá. Temos para nós que
74 a UT da Lomba do Pinheiro é a maior – e não sei se melhor – do DMLU. Mas o que nós
75 vimos lá não foi assim nada satisfatório. O primeiro ponto, o que se constatou – e aí eu falo
76 que é da minha área – é a precariedade dos equipamentos utilizados lá. Porque a gente
77 olhando assim, num primeiro momento, tu vê assim: mas isso aqui não é maquinário, isso
78 aqui é sucata de maquinário. Que é o que eles utilizam. Mas o que eu queria salientar mais
79 – e essa impressão eu tive – é que o que chega lá, fazendo uma comparação como se diz
80 popularmente: é a carne de pescoço dos resíduos recolhidos aí. E eu já dei esse exemplo:
81 o filé mignon dos resíduos recolhidos em empresas e domicílios da cidade – pelo menos no
82 exemplo que nós tivemos lá – não vão para as UT's. Eu já falei em diversos locais – não
83 sei se eu falei aqui – eu dou um depoimento como síndico do meu prédio. Eu encerrei o
84 meu mandato há 10 dias. Em um ano que eu estive de síndico do meu prédio em nenhum
85 momento, em nenhuma – porque é duas vezes por semana, parece que recolhe – em
86 nenhuma situação o caminhão da prefeitura recolheu o nosso lixo seco. Que ele é – nós
87 temos dois empregados no prédio, tem 60 apartamentos – ele é bem ordenado e
88 classificado dentro do prédio. Sempre vai um caminhão. O zelador, na hora que ele coloca
89 o lixo na calçada o caminhãozinho já está lá na esquina. Eu até não sei para onde é que
90 vai aquilo. Gostaria muito, sinceramente, que fosse lá para a UT da Lomba do Pinheiro. E o
91 que acontece com isso? O que se sentiu lá? É que não existe uma atratividade daquele
92 pessoal que trabalha lá. Eles estão organizados numa associação. Só que até foi nos dito:
93 não, tem muita gente que sai duas horas da tarde, pega o seu carrinho e volta para a rua
94 para juntar. Porque não existe uma atratividade pela qualidade do que eles recebem lá.
95 Então eu só fiz esse parêntese porque isso é uma das preocupações da nossa Câmara.
96 Depois vocês vão ver durante a apresentação – uma preocupação da nossa Câmara – que
97 nós temos que fazer e aí tem que ser um esforço de todos: fazer com que se torne atrativo
98 que o catador de lixo vá lá para dentro da UT trabalhar lá. Bom, esse seria o objetivo
99 primeiro. Os objetivos secundários seriam resíduos da construção civil. Nós precisamos
100 conhecer o rol de empresas cadastradas como transportadoras de resíduos pela SMAM.
101 Eu até não sei se a SMAM tem esse cadastro. O meu segundo ponto é logística reversa.
102 Definir estratégia para promover e incentivar a logística reversa no município de Porto
103 Alegre, ampliando ações de indústrias locais de modo a abranger um espectro maior de
104 recolhimento e reciclagem, que seriam reusos. E como objetivo terceiro os efluentes e
105 emissões, que também fazem parte da nossa Câmara. Que a nossa Câmara – que eu acho
106 que a maioria conhece – a Câmara atual foi uma junção de duas ou três Câmaras que
107 tínhamos nos anos anteriores e foi... Juntamos numa só. Caberá à SMAM indicar técnicos
108 para nos instruir de suas necessidades e promover uma discussão maior quanto aos
109 efluentes e emissões, definindo demandas que a Câmara Técnica possa auxiliar. No
110 decorrer das nossas discussões, das nossas reuniões, a gente fez algumas alterações
111 naquele nosso plano que nós tínhamos – inicial – e alteramos o foco de ação. Então

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

112 entendemos por ajustar as metas traçadas de modo a promover maior concretude em
113 nossas ações. Como ponto primeiro e até em função daquela nossa visita que eu falei lá,
114 se tentou focar mais em auxiliar na reinserção social das unidades de triagem do DMLU.
115 Porque o nosso plano nacional, né Fleck? Ontem ainda foi dito: um dos pontos altos – são
116 diversos – mas um dos pontos destacados do plano, justamente é a reinserção social dos
117 catadores nesse novo plano de resíduos sólidos. Então depois de discussões entendemos
118 que deveríamos selecionar três unidades pilotos para que se pudesse fazer isso. Nós
119 consultamos o órgão competente, a SMAM mesmo. Quais seriam os três órgãos que nós
120 poderíamos focar neles. Foi considerado também que nem todas as UTs que estão em
121 funcionamento hoje em Porto Alegre tem licenciamento ambiental. Então creio que
122 nenhuma dessas aí esteja incluída dentro dessas que não tem licenciamento ambiental. E
123 tem outras situações também que se considera. É que a unidade que fornecer resíduos
124 para a UT, o ideal é que ela ficasse mais próxima possível da UT, para evitar distâncias e
125 despesas de transporte. Precisamos identificar no comércio: supermercados, shoppings e
126 afins nas áreas influenciadas das UTs. Eu estava dizendo: nós temos uma UT – poderia
127 voltar ali? – uma UT na Vila Pinto, centro da Vila Pinto, então precisamos identificar quais
128 os estabelecimentos que poderiam oferecer resíduos nas imediações dali. E buscar
129 contatos com redes de comércio para identificar e redirecionar, se possível, resíduos
130 recicláveis. Principalmente focando em papelão, plásticos, vidros. Porque uma coisa
131 também se discutiu nas reuniões e se chegou à conclusão: não adianta querer fazer... Pois
132 não?

133 **Sem identificação: (...)**

134 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** É. Algumas coisas do que se falou
135 aqui já está em andamento e outras ainda nós temos planos para conduzir. Mas o que eu
136 queria ressaltar é o seguinte: não adianta nós quereremos... Se pensou: não adianta querer
137 fazer um plano mirabolante, um plano muito grande. Daqui a pouco ocorre uma coisa muito
138 mega plano e no final não sai nada. Então eu fui um dos que... Existe mais ou menos uma
139 ideia da nossa Câmara que a gente poderia fazer e iniciar por pequenas ações. Vou dar um
140 exemplo: pegar um supermercado, um Zaffari, um Nacional que fique perto de uma UT e
141 tentar fazer direto com aquela Unidade. Porque, primeiro se começou com a associação de
142 supermercados, como é que chama? A AGAS. Pô, mas a AGAS é um órgão que abrange
143 um estado inteiro. Se tu pegar uma rede de supermercados, uma rede também é muito
144 grande. Agora, se tu pegar uma unidade talvez fica mais fácil. Pegar um supermercado
145 aqui, até dei o exemplo, não está dentro daquelas nossas classificadas ali. Mas se pegar
146 um supermercado aqui: Carrefour ou Bourbon da Assis Brasil e conseguir com que eles
147 remetam todos os resíduos deles para a UT Lomba do Pinheiro, só com essas duas
148 unidades, pelo que nós vimos lá, eu tenho certeza que se tornaria o dobro ou o triplo da
149 produção de hoje de uma unidade daquelas. Em relação à logística reversa: também se
150 discutiu bastante fazer um contato com a FIERGS para buscar informações quanto aos
151 procedimentos que vêm sendo adotados nesse quesito. Aí nós temos o nosso colega lá,
152 que eu acho que... Eu acho milita nessa área né? O Tiago? Pois é. a Magda chegou a falar
153 contigo, né?

154 **Tiago José Pereira Neto, da FIERGS: (...)**

155 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Ótimo. Se tu participasse das nossas
156 reuniões seria excelente. Muito bom, muito bom.

157 **Tiago José Pereira Neto, da FIERGS: (...)**

158 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Perfeito. Justamente, a ideia é essa. E
159 também se faria um contato com a (...). Parece que a Magda já fez esse contato e
160 informaram que já estão trabalhando, mas não explicaram como. Porque isso não é tão

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

161 simples assim. Essa situação da logística reversa, no meu entendimento, a lei foi bem
162 clara. Mas ela diz que tem que ter acordos. E na hora de fazer acordo, claro que a indústria
163 ou comércio, eles querem saber que despesas eles vão ter a mais para fazer aquele
164 procedimento. O órgão público, claro, o órgão público também quer fazer o acordo. Mas
165 também não quer aumentar o seu dispêndio com aquela atividade. Então, ontem ainda foi
166 dito: tomara que esses acordos... A lei levou 20 anos para ser aprovada. Tomara que os
167 acordos não levem, sei lá, 10 anos a serem feitos. Essa foi a explanação. Eu só queria
168 fazer um comentário, porque como também foi a Magda que fez isso aí, eu fiz alguns
169 tópicos. Peguei as últimas atas das nossas três últimas reuniões da Câmara e destaquei
170 alguns tópicos. Alguns deles já foram ditos aqui. E outros talvez possam ajudar até na
171 nossa explanação aqui. Sobre essa situação também se destacou que é necessário falar
172 com os representantes das UT's para apresentar a ideia. O que poderia se fazer com essas
173 unidades, por exemplo, de supermercados, seriam termos de cooperação. Seria mais uma
174 coisa... Mas também se chegou à conclusão: não adianta nós aqui da Câmara propor
175 alguma coisa sem escutar o responsável pela UT, para saber se realmente é aquilo que
176 eles estão precisando. Nós enxergamos que é isso. Vimos isso. Agora precisamos saber
177 se realmente é isso. Também foi verificado que existe uma lei municipal, a Lei 376/96 e
178 verificaram que a mesma propõe exatamente o que as UT's querem. Essa situação da lei,
179 até acho que foi... Foi distribuída a lei né? Essa lei ela já existe desde 96. Mas pelo que se
180 sabe essa lei não foi regulamentada. Então daqui a pouco nós estamos discutindo um
181 assunto que já está em lei. Por que não está em vigor? Não está sendo executada? Porque
182 não foi regulamentada. Também existia uma proposição. Existe uma proposição que a
183 nossa Câmara poderá fazer uma proposição para regulamentar essa lei. Isso vai nos
184 ajudar nesses contatos que a gente vai fazer com grandes comércios, grandes... Então
185 está aqui: a CT poderá propor uma minuta de decreto para regulamentar a referida lei,
186 incluindo... Pois não?

187 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Só para contribuir: isso vai ser pauta da próxima reunião
188 agora na semana que vem. Que a Marília da OAB ficou de pesquisar, ver se realmente
189 ainda estava válida. Se tiver...

190 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Não. Ela já pesquisou, disse que
191 estava válida, não houve nada que saísse em contrário...

192 **Sem identificação:** (...)

193 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Pode ser regulamentada agora. Isso.

194 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Então esse também seria um avanço.
195 Nós também propormos um decreto para regulamentar essa lei. E nesse decreto incluir
196 algumas condições, como: incentivação, divulgação e entrega nas UT's. Aí nós teríamos
197 um documento legal e chegaria para um supermercado e dizer para ele: não, o senhor não
198 pode agora vender esse seu resíduo aqui. Porque na verdade a maioria vende.

199 **Sem identificação:** (...)

200 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Mas é feito isso. É o que ocorre hoje. E
201 nós não temos um documento legal. Porque não adianta dizer que tem uma lei, mas ela
202 não está regulamentada. Se regulamentar nós poderíamos...

203 **Sem identificação:** (...)

204 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** 376 eu acho...

205 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** É Lei 376/96. Lei municipal. É uma lei
206 municipal 376/96. Outro ponto a destacar... O que eu poderia destacar mais aqui? Pois
207 não?

208 **Jupiter Palagi de Souza, da OAB/RS:** Apesar que alguns supermercados, como no caso
209 da Rede Zaffari/Bourbon, eles recolhem os resíduos sólidos/orgânicos e levam para

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

210 algumas fazendas que eles têm para servir de alimentação para animais, etc. e também
211 para compostagem.

212 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Isso aí seriam resíduos orgânicos.

213 **Jupiter Palagi de Souza, da OAB/RS:** Orgânicos. E alguns resíduos sólidos, alguma coisa
214 desse tipo, eles fazem recolhimento e vendem isso. Vendem.

215 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Não, a situação é essa. Por isso que
216 se conversou e se entendeu que é difícil tu chegar num comerciante, num supermercado
217 grande e propor para ele que ele pegue todo aquele resíduo dele que ele tem de reciclável
218 e entregue na UT. Primeiro lugar: ele não vai ganhar nada com isso e ainda vai ter a
219 despesa do transporte. O que está acontecendo hoje? Hoje tem um caminhão que vai lá na
220 porta, carrega e ele ainda recebe por aquilo ali.

221 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Me permite?

222 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Pois não.

223 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Eu ia depois... Estou anotando vários pontos aqui, para depois
224 fazer uma intervenção. Mas já que está se discutindo... Primeira coisa a se dizer: esse
225 trabalho já vem de anos no DMLU. Então eu creio que não haja, digamos nenhuma
226 novidade em se buscar as reciclagens dessas grandes companhias, supermercados e
227 shoppings. O que acontece hoje? Por exemplo: a companhia Zaffari, todo seu seletivo é
228 realmente vendido. Há quem tenha me dito no passado, e gente da área de resíduos, que a
229 folha de pagamento da companhia Zaffari é paga integralmente só com a reciclagem, só
230 fazendo reciclagem. Uma outra coisa que tem que se chamar a atenção: resíduo é resíduo
231 quando apresentado à coleta. Isso aqui que é papel, que é reciclável, só vai ser chamado
232 de resíduo quando eu apresentar. Então antes desses materiais serem apresentados a
233 uma coleta, são materiais de propriedade da companhia. Então eu acho difícil do ponto de
234 vista legal, que se consiga obrigar as companhias a doarem às UT's. Seria uma boa ideia,
235 seria excelente. Mas eu acho difícil que se consiga fazer isso.

236 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** É. Entrou uma nova discussão então.
237 Saber o que é resíduo? Mas eu acho que se nós regulamentar essa lei. Nós, eu acho, que
238 conseguimos avançar um pouco mais. Talvez não chegamos àquilo que a gente imagina,
239 aquela solução que a gente imagina. Mas eu acho que conseguimos avançar, dar alguns
240 passos à frente, regulamentando essa lei e tentando definir o que é resíduo? Eu, para mim,
241 isso que tu colocou é uma situação nova.

242 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Outra contribuição também: que a Câmara teve a ideia
243 do supermercado ter já na hora da compra um espaço para a pessoa deixar a caixa da
244 pasta de dente, tudo que puder tirar. Porque aí com isso, eles teriam então um volume
245 maior de resíduos, que não estaria contando lá no lucro deles, e pelo menos esses, eles
246 poderiam doar para as UT's.

247 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** É. O pessoal colaborou. Essa situação
248 foi levantada. Já existe hoje na Rede Pão de Açúcar, não sei se em algumas unidades, São
249 Paulo, Rio. Já existe. Na saída do supermercado já tem um local lá, que quem não quiser
250 levar a embalagem já deixa ali.

251 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Eu não quero interromper. Rapidamente. Nós tentamos fazer
252 isso com um projeto de óleos de frituras. Então fui eu fazer reunião com a companhia
253 Zaffari, fui eu fazer reunião com a entidade dos postos de gasolina. Nada melhor que o
254 seguinte: tu vai no posto abastecer, deixa teu óleo de cozinha. Bota no carro e deixa lá
255 quando tu vai abastecer ou quando tu vai comprar. Não se interessaram. E eu tinha a força
256 do gabinete do prefeito para fazer isso aí. Não se interessaram. A resposta foi não.

257 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Em respeito ao óleo de cozinha eu
258 acho que já tem bastante coisa funcionando. No meu prédio nós temos lá uma botija

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

259 grande, que todos os moradores levam para ali. Me parece que mensalmente passa uma
260 empresa lá e recolhe. Um resultado muito bom disso aí.

261 **Jupiter Palagi de Souza, da OAB/RS:** Com relação à colocação do Fleck, é uma
262 realidade. Porque é uma propriedade da empresa aquele material. Então vai ser muito
263 difícil, vamos dizer, impossível. É impossível praticamente determinar que ela doe aquilo
264 ali. Principalmente se ela faz uma contabilidade dentro da economia dela. Mas uma
265 sugestão que eu acho que ficaria, seria o próprio resíduo sólido que é recolhido das
266 residências. E isso sim dentro daquela região ou de regiões pré-determinadas, se
267 direcionasse para essas UT's. Por que para onde está indo esse resíduo sólido? Então
268 esse resíduo sólido, por exemplo, ele é um resíduo rico. Se tu observar cada residência, a
269 quantidade plásticos, de... Enfim, de diversos... Vidro e etc. lata. É muito grande. E isso é
270 um resíduo que é adequado, vamos dizer assim, pessoal ficaria, é um resíduo rico para
271 uma UT. Então isso é que eu acho que deveria ser feito. Direcionar para as UT's e ali faria
272 a separação, aproveitamento daquilo ali. E o que não for adequado, aí destinar de alguma
273 outra forma.

274 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** É. Realmente. É consciência da nossa
275 Câmara isso que tu falou, e eu ressaltai aqui. Nós sabemos que é difícil negociar com uma
276 rede de supermercados. Tanto é que hoje eles estão tendo rendimento com aquilo ali.
277 Tanto que o Fleck falou que de repente eles estavam aferindo pagamento. Mas nós temos
278 que achar alternativas para melhorar a qualidade do resíduo que chega na UT. E eu até
279 falei aqui: eu gostaria que o resíduo do meu prédio – e lá são resíduos valiosos – eu acho
280 que lá seria interessante. Tenho certeza que do meu prédio não chegou um pedaço de
281 papelão na UT. Pois não?

282 **Edison Ricardo Kern, do Maricá:** Bom, eu acho que a gente está num momento
283 extremamente rico com relação à discussão sobre resíduos. Nós temos a Política Nacional
284 de Resíduos Sólidos, de 2010 e nós tivemos a conferência nacional agora a uma semana
285 atrás, em que aponta caminhos para a solução de resíduos. E a conferência teve como
286 ponto principal de pauta isso. Em primeiro lugar a responsabilização dos profissionais
287 catadores pela destinação dos resíduos, pela reutilização, pelo encaminhamento à
288 reciclagem e ao destino final. Com relação àquilo que o Eduardo falou. Olha Eduardo, não
289 é bem assim. A empresa Zaffari, Walmart, Carrefour, ela não tem no seu registro de
290 pessoa jurídica como comerciante de papel. Ela não pode comercializar papel. Ela não
291 pode comercializar aquilo que ela não tem registro para comercializar. Ela pode
292 comercializar eletrodoméstico, ela pode comercializar pneu, ela pode comercializar
293 alimento, ela pode comercializar roupa. Mas não pode comercializar resíduos de papel. Ela
294 não pode fazer esse tipo de comércio de resíduos da feira. Ela está proibida de fazer esse
295 tipo de comercialização. E a isso veio a política nacional de resíduos sólidos. Diz para ela a
296 quem ela tem que destinar esses resíduos, que é exatamente aos profissionais que
297 trabalham com isso. Que hoje em dia são os catadores, organizados em cooperativa ou
298 associação. Eu acho que está aí uma situação que tem que ser discutida e nós temos que
299 chegar a bom termo. Eu também acho, Fleck, que dentro da política nacional de resíduos
300 sólidos, dentro dessa lei, nós enquadrámos todos esses resíduos produzidos pelos grandes
301 comerciantes, pelas grandes redes. Mas eu volto a dizer: que eu acho que se nós
302 começarmos, talvez não impondo a lei para um supermercado, pega ali o Carrefour, não
303 impondo a lei para eles. Mas sentando com eles e até colocando aquela política da boa
304 vizinhança. E muitos comerciantes tem esse interesse. Tem interesse em participar
305 socialmente do local onde eles estão estabelecidos. Então eu acho que isso aí vai nos
306 facilitar também um pouco. Pois não?

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

307 **Tiago José Pereira Neto, da FIERGS:** Só fazer uma colocação referente a essa discussão
308 de doação de resíduos, enfim. Eu concordo com o que o Eduardo colocou. Tecnicamente
309 isso é verdade. O resíduo, ele é de propriedade do gerador. Inclusive ele tem
310 responsabilidades legais sobre a destinação desse resíduo. Então assim: o resíduo é de
311 propriedade dele, sim, e cabe a ele dar destino adequado, independente do destino que ele
312 der. Pessoa jurídica tem essa obrigação. Independente se é indústria, comércio ou serviço.
313 Ele faz o que ele quiser com o resíduo dele, desde que ele atenda as condições da
314 legislação e ele dê o que é chamado, dentro da política de resíduos sólidos de: destinação
315 final ambientalmente adequada. Se isso se enquadrar, se a comercialização desse resíduo
316 for uma reciclagem que é uma destinação ambientalmente adequada e dá essa
317 possibilidade na lei, ele deve fazer, porque a responsabilidade é dele. Ele é o responsável
318 por esse resíduo. Não é catador, não é ninguém, isso está dentro da legislação há muito
319 tempo. Inclusive aqui no estado do Rio Grande do Sul, desde 93. Então falando pela
320 indústria: eu acho que não tem como obrigar. São ações voluntárias que as empresas
321 podem fazer. As unidades – eu até peço a ajuda do Eduardo para complementar – mas é
322 destinado ao processamento de resíduos públicos, das cidades, enfim, da população. E
323 pode ou não agregar outros tipos de resíduos, dependendo da forma de destinação que for
324 dada pelo empreendedor. O que cabe é que realmente algumas questões para destinação
325 tem que ser avaliado: licenciamento ambiental do local para receber resíduo, condições
326 adequadas para receber e processar e que tipo de destino vai dar. Porque a
327 responsabilidade legal, inclusive penal é dele, por algum dano ambiental. Então eu acho
328 que nesse sentido fica realmente complicado exigir qualquer forma de doação e
329 direcionado, inclusive, específico, para uma atividade. Eu falo isso porque eu não sei como
330 fica a posição da parte do comércio em relação a isso. Mas na indústria a gente discute até
331 isso: como, por exemplo, as indústrias vão poder cooperar com as cooperativas de
332 catadores, como vai ser essa relação indústria/catador, pelas condições e implicações
333 legais que a própria lei traz e responsabiliza o gerador do resíduo por essa destinação. Isso
334 é um ponto. É um desafio a se vencer para atender política de resíduos sólidos. E só mais
335 uma questão quanto à logística reversa. Que foi falada a questão dos acordos setoriais. Foi
336 perguntado se vai sair ou não vai sair? A Abiplast hoje ela faz parte da chamada Coalizão
337 Empresarial, que é coordenada pelo CEMPRE, o Compromisso Empresarial para
338 Reciclagem, que é uma entidade conhecida no país. Eles apresentaram uma proposta de
339 acordo setorial. Já está pronta há um bom tempo, junto com outros setores que não
340 aderiram. Se não me engano são aproximadamente 30 entidades nacionais, associações
341 nacionais, que estão dentro dessa Coalizão Empresarial e definiram um método, um
342 acordo setorial para logística reversa de embalagens. Duas entidades resolveram
343 apresentar um acordo independente. Já tem um modelo, um estudo em implantação. Um
344 deles é a Abividro, Associação do Vidro. O outro eu não recordo qual é o nome agora. Mas
345 lá na Câmara a gente vai discutir, só a título de informação para os colegas. Isso foi
346 apresentado para o Ministério do Meio Ambiente em metade desse ano. E o Ministério
347 pediu então para que houvesse a possibilidade, tentássemos juntar esses acordos
348 setoriais, esses independentes, esse da Coalizão, para que o acordo setorial saísse. Então
349 na verdade a indústria fez o tema de casa dela, as associações fizeram o tema. Montaram
350 o acordo setorial e apresentaram para o MMA, na realidade, para o Comitê Orientador de
351 Logística Reversa, que é um grupo criado pelo decreto de regulamentação da lei. E dentro
352 dessa avaliação, o MMA retornou então, entendendo que não queriam aqueles acordos
353 independentes, não sei qual motivo foi. Posso tentar buscar essa informação para a nossa
354 reunião lá da Câmara também. Porque eu acompanho a reunião desses grupos também,
355 em Brasília. E a ideia é efetivamente tentar juntar esses acordos. Mas num primeiro

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

356 momento o Ministério é que não aceitou essas propostas independentes e pediu para que
357 se fizesse um acordo só. Isso está em discussão, está sob responsabilidade do CEMPRE.
358 O CEMPRE é que está tentando organizar e juntar essas propostas. A título de informação.
359 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Não. Tá bom. Muito boa Tiago a tua
360 interferência. Isso aí eu acho que mostra que é uma boa discussão e um bom debate que
361 vamos fazer. Estamos te aguardando numa reunião da nossa Câmara lá para evoluir com
362 esse debate aí.

363 **Synthia Ervis Krás Borges, da SMURB:** Nós participamos agora no mês passado, todas
364 as secretarias, de um evento sobre mudanças climáticas aqui em Porto Alegre. E veio uma
365 equipe toda do Rio de Janeiro, com uma experiência como que eles estão fazendo no
366 sentido de redução da emissão de gás com efeito estufa. E uma das experiências que eles
367 colocaram, que eles estão iniciando no Rio agora é a coleta do lixo da coleta seletiva
368 indoor, dentro do prédio. Talvez essa fosse uma medida mais simples de ser elaborada.
369 Claro que num cronograma gradual, talvez nos condomínios maiores primeiro. Porque isso
370 também vai interferir nos gastos do próprio recolhimento. Mas como uma forma de
371 melhorar e qualificar o resíduo que está indo para os galpões no Rio. Então eu achei uma
372 experiência assim, uma proposta muito interessante.

373 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Essa coleta seria feita pelo órgão
374 público?

375 **Synthia Ervis Krás Borges, da SMURB:** Pelo órgão público dentro do domicílio. Então vai
376 entrar no condomínio. Então o seu lixo que foi, que pulverizou, ele teria chegado no galpão.
377 Eu acho que talvez seja uma iniciativa mais simples de se colocar do que os grandes
378 mercados, enfim, que já têm outras políticas.

379 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Ok.

380 **Sem identificação:** (...)

381 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Não. Eu acho que vem ao encontro
382 daquilo que nós constatamos. Nós precisamos tornar atrativa a atuação dos catadores lá
383 dentro das UT's.

384 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Bom, eu fiz vários apontamentos ao longo aqui da
385 apresentação. A proposta era depois que terminasse a gente colocar as coisas. Mas como
386 as coisas são dinâmicas. A primeira coisa a colocar: a nossa representante na Câmara de
387 Resíduos, a engenheira Daiane ela tem poucos meses de trabalho no DMLU, então ela
388 ainda não tem todo conhecimento que a gente que está desde que Cristo estava sob a
389 Terra, dentro do DMLU, sabe. Então assim, primeira coisa: a UTC não é na verdade uma
390 UT no formato daquelas que recebem reciclável e envia para reciclagem. Ela foi concebida
391 para separar o orgânico do rejeito, com o objetivo de compostar o orgânico. O reciclável
392 que chega seria uma externalidade, que não deveria estar ali. Porque seria resíduo
393 domiciliar. Mas como as pessoas não separam também como deveriam, acabam
394 separando também o seletivo. Eu sei que hoje está se mandando muita carga de seletivo
395 para lá também. Mas não é a concepção original. Uma outra coisa é o seguinte: a
396 companhia Zaffari que a gente falou, ela é bem organizada. Ela vende o seu seletivo. A
397 gente verifica nos outros locais... E eu acho que a companhia Zaffari já deve ter passado
398 por essas expensas de regularizar essa questão, triar e revender legalmente. Mas em geral
399 os supermercados o que fazem? Contratam uma transportadora e pelo valor do seletivo –
400 que a transportadora fica com ele e vende – a transportadora faz a coleta e destinação do
401 orgânico, do rejeito gratuitamente. Isso é praxe. A gente verifica. Exceções feitas pelo
402 Shopping Total. Quando foi construído uma das – faltou a palavra, como é que se chama?
403 Tu faz o teu licenciamento e tu... Contrapartida – uma das contrapartidas foi o seletivo ser
404 direcionado às UT's do DMLU. A gente descobriu que o filé mignon está sendo vendido e o

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

405 restinho vai para as UT's. Mas em geral é isso: o mercado manda para uma transportadora.
406 Manda não. A transportadora vem, pega, o seletivo vende e o resto destina por conta do
407 valor do seletivo. Jupiter, nós temos depois que passou, depois que eu coloquei o resíduo
408 para fora, depois que passou o catador e levou tudo que ele queria, o que chega lá no
409 transbordo e vai para o aterro ainda é 25% em massa do que chega, ainda é seletivo. As
410 pessoas não separam. Isso é um foco que tem que ser muito bem examinado e resolvido.
411 Tá aí o novo Código de Limpeza Urbana, que as multas vão ficar muito caras pela não
412 segregação. Por fim – só para não me estender – resíduos sólidos hoje, que foi comentado
413 no começo da apresentação. Eu vejo hoje que essa é uma questão que basicamente
414 estaria resolvida. Eu já há mais de 15 anos trabalho com isso, enfim, o DMLU no começo
415 da década de 90 passou a trabalhar em parceria com os hospitais nessa questão. Então
416 todo hospital tem a sua coleta do perigoso, chamado Grupo A, a coleta do comum. Separa
417 o reciclável também. Eu e a Marisa, que é a substituta aqui do DMLU na Câmara, nós
418 estamos em contato mais ou menos permanente e negociando com o SINDIHOSPA. O
419 grande problema que eu vejo são as emissões líquidas. Isso não há controle. A grande
420 parte dos hospitais está na bacia do Dilúvio e não têm estações de tratamento a jusante,
421 então isso é lançado. O que é lançado do hospital vai para o Guaíba.

422 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Isso é preocupante né?

423 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Certamente. A questão do resíduo sólido está basicamente
424 resolvida. A SMAM tem essa fiscalização.

425 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Nós vimos que a UT Lomba do
426 Pinheiro recebe todos os resíduos sólidos recicláveis de todos os hospitais de Porto Alegre.
427 É isso que nós vimos lá.

428 **Eduardo Fleck, do DMLU:** UT Hospitalar no caso. UTH. A UTH, que é aquela que recebe
429 só material provindo dos hospitais.

430 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Isto.

431 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Que tem a outra que é a UTC, que tem esteiras lá.

432 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Sim. Hospitalares são todos lá na
433 Lomba do Pinheiro não é?

434 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Correto. Isso mesmo.

435 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Ok.

436 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Obrigado.

437 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** Então tá, Secretário, em síntese seria
438 isso aí. Eu não sei se tem mais alguma exposição, algum questionamento? Não sei como é
439 que está o nosso tempo? Se estourou ou não? Eu não perguntei o tempo.

440 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Eu acredito que foram devidamente levantados e pontuados
441 aspectos que deverão ter desdobramentos. Tá bem. Obrigadão mestre. Nós passamos
442 agora para o item número 5, os assuntos gerais. Nós temos – antes de abrir para a
443 manifestação dos conselheiros neste item – uma apresentação aqui?

444 **Fernanda Zimmermann Teixeira, do Instituto Econsciência:** Na verdade, eu pedi para
445 fazer um relato nos assuntos gerais, porque eu fiquei bem surpresa que não consta na
446 pauta da reunião de hoje os relatos da Câmara Técnica de Áreas Naturais. Primeiro que eu
447 entendo que toda Câmara Técnica que teve uma reunião, independente de ter algum
448 encaminhamento ou não, deveria ter um relato na plenária para repassar para todos os
449 conselheiros o que vem sendo discutido. E era assim que ocorria nos anos anteriores e não
450 está acontecendo agora. Não tenho visto isso. Então acredito que isso deva partir de
451 dentro das Câmaras. De cobrar que tenha um espaço para dar os relatos, para que os
452 conselheiros acompanhem o que está sendo discutido e possam contribuir nesse processo.
453 Não tem nenhum outro membro da Câmara presente. Mas a gente se reuniu na semana

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

454 passada, dia 18 teve uma reunião para discutir a questão da proposta de APA, de Área de
455 Proteção Ambiental na Zona Sul de Porto Alegre, que está sendo feita pela equipe técnica
456 da SMAM e que está em discussão e teve audiência pública no dia 3 de setembro. Então
457 na última reunião da Câmara Técnica nós discutimos o polígono da Área de Proteção
458 Ambiental, que foi apresentado e discutido na audiência pública e depois construído e
459 modificado a partir das contribuições de várias pessoas ao longo de reuniões. Eu imagino
460 que a Maria Carmen queira falar depois sobre isso. Então isso era uma coisa. Só trazer
461 para todos saberem que isso foi discutido na última reunião da Câmara Técnica e que a
462 partir dessa reunião se tirou que a SMAM traria para a plenária a proposta final para
463 conhecimento do COMAM. Mas não se marcou uma data para isso. Ainda não entrou na
464 pauta. Outra coisa que eu gostaria de falar ainda é essa questão dos relatos de todas as
465 Câmaras. Que eu entendo que devam estar na pauta. É um questionamento sobre qual é o
466 encaminhamento sobre o edital do Fundo, que foi falado reuniões atrás. E agora não teve
467 mais nenhum relato dessa Câmara Técnica.

468 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Hoje teria um relato da Câmara Técnica do Fundo. Mas o
469 professor Ayup que é o presidente está em férias. A Rosane, a vice-presidente está doente,
470 justificou a ausência. E a suplente dela também. Ela justificou que não poderia vir. Então
471 está até aqui, seria a nossa próxima pauta. Infelizmente fica para a próxima.

472 **Fernanda Zimmermann Teixeira, do Instituto Econsciência:** Tá. Então eu coloco como
473 sugestão que seja enviado para os conselheiros, de repente, um relato por escrito quando
474 não puder ter um relato presente na plenária, para que a gente possa acompanhar. Porque
475 isso é uma coisa que vem sendo cobrada. Desde o início do ano nós estamos no 31 de
476 outubro. Nós provavelmente só vamos ter mais uma reunião esse ano, porque dezembro é
477 Natal e não sei se vai ter reunião ou não. Então é uma coisa que já se passou um ano
478 inteiro e que não foi encaminhada. Então acho que a gente deveria cobrar isso. E outro
479 questionamento que eu gostaria de fazer nos assuntos gerais é sobre o retorno, sobre
480 aquele processo de licitação de uma rede de alta tensão sobre o corredor do Morro
481 Santana e os outros corredores de Porto Alegre. Que também foi falado numa reunião
482 atrás e ficou de trazer um retorno. Eu gostaria de saber como é que anda isso. É isso.
483 Obrigada.

484 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Muito bem. Nós passamos. Passo a palavra para a Maria
485 Carmen para uma explanação breve, considerando que deve entrar na pauta da próxima
486 reunião as discussões relativamente à APA do Extremo Sul. Registrando para os senhores
487 conselheiros. Até porque os resultados dos levantamentos da consulta pública ainda não
488 estão todos tabulados, já que o prazo terminou ontem. Oi?

489 **Sem identificação:** (...).

490 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Sim. Do refúgio. Tá. Terminou ontem. Então para termos uma
491 informação mais completa ficará para um próximo momento. Mas registrando que este
492 tema não está sendo simples. As pressões são significativas. Mas com isto a gente vai ter
493 que trabalhar. Então ainda bem que o cenário está explicitado. Fala Maria Carmen.

494 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** Antes da Maria Carmen eu só gostaria de registrar que
495 nessa última reunião da Câmara eu não pude participar. A pauta da reunião de hoje já
496 estava fechada. Não recebi nenhum pedido da Câmara para incluir. Essa semana as gurias
497 me falaram – a Soraia e a Maria Carmen – mas aí também já não dava tempo. Como agora
498 assim. Eu acho que essa apresentação é válida. Mas a gente precisa fazer outra. Porque
499 muitas pessoas que não tinham conhecimento disso vão questionar de não estarem.

500 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Bom, hoje é um relato breve.

501 **Ana Cláudia Passos, da SMAM:** OK.

502 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Fala Maria Carmen.

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

503 **Maria Carmen Bastos, da SMAM:** Eu só vou usar os slides da audiência pública só para
504 ilustrar. Mas não vou passar todos, só os principais. Só porque esse assunto foi pauta na
505 Câmara Técnica de Áreas Naturais. Na verdade foi pauta logo antes da audiência pública.
506 E foi trazida uma proposta nova da Econsciência nessa reunião e nós, na Câmara Técnica,
507 decidimos que iríamos sentar junto com Econsciência, com a proposta anterior, que era de
508 5.500 hectares. E a proposta deles, que era de 22.000 hectares. E achar um meio termo.
509 Então nós encontramos um meio termo e apresentamos na audiência pública, porque não
510 havia tempo hábil para trazer nem para a Câmara Técnica e nem aqui para a plenária do
511 COMAM. Que isso, como as reuniões, elas se estenderam bastante tempo, acabou ficando
512 muito em cima do que já tinha sido marcado como audiência pública. E a audiência pública
513 tem uma burocracia, de ter que ser divulgada 45 dias antes no DOPA e tal. Então nós
514 resolvemos não adiar a audiência pública. Mas depois da audiência pública também
515 ampliar esse diálogo. Porque mesmo tendo passado já por audiência não estava
516 completamente fechada a proposta. Então eu trouxe aqui para vocês. Essa audiência
517 aconteceu no dia 3 de setembro, no Clube Lajeado, no Bairro Lajeado, que é na zona
518 Extremo Sul de Porto Alegre, na Estrada Edgar Pereira de Castro. Eu não vou passar toda
519 a apresentação gente. Só para ilustrar que nós estamos falando então de uma unidade de
520 uso sustentável, que é uma APA na Zona Sul de Porto Alegre. Ela permite então o uso
521 direto da área, mantém os direitos da propriedade. Nós não estamos falando de uma
522 unidade de proteção integral. Nós estamos falando aqui de uma APA, que é uma unidade
523 de uso sustentável. Nós fizemos muitas reuniões antes de chegar numa proposta que foi
524 levada à audiência. Então essas aqui foram as reuniões que foram feitas, 28 reuniões.
525 Depois dessas aqui teve audiência e aí nós fizemos mais ainda, umas 8 reuniões já.
526 Inclusive com o SINDUSCOM, que ficou de entregar uma proposta, uma contraproposta,
527 ficou com prazo até dia 25 e eles resolveram não entregar. Também o plano diretor está
528 nos convocando para uma nova explanação sobre o assunto, para tirar dúvidas. Então
529 assim: nós estamos continuando algumas reuniões que nós achamos necessárias antes da
530 criação efetiva da unidade. E a proposta de limites que nós apresentamos é uma proposta
531 que fecha com a parte sul da macrozona 8. Isso é um limite que já existe no plano diretor.
532 E no próprio plano diretor os usos dessa área, que são descritos para essa área Extremo
533 Sul de Porto Alegre, eles são muito semelhantes aos usos que tem uma APA. Então a
534 gente não está propondo uma mudança radical em Porto Alegre. A gente está propondo
535 um cuidado maior com a Zona Sul. Um olhar público um pouco mais carinhoso com aquela
536 zona, Extremo Sul de Porto Alegre. E o que a gente está propondo como... Aqui a gente
537 tem o limite sobre a imagem de satélite. Essa manchinha verde seria uma pequena
538 unidade de proteção integral dentro da APA no Morro São Pedro, que era sobre isso que o
539 Secretário estava se referindo quando ele falou que terminou o prazo ontem, da consulta
540 pública, que estava na internet. Nós fizemos uma consulta via internet sobre a criação
541 dessa outra unidade aí. Mas o assunto agora aqui é a APA. Nós estamos propondo que no
542 decreto os objetivos discriminados sejam esses: a proteção dos ecossistemas, a
543 conservação das espécies, a manutenção do modo de vida tradicional dos povos
544 indígenas, o diálogo das comunidades indígenas e demais. Então a SMAM faria um esforço
545 para fazer esse encontro dos indígenas que moram na Zona Extremo Sul e os proprietários
546 rurais, por exemplo; agricultura orgânica, agricultura familiar, agroindústria de pequeno
547 porte, pesca artesanal, preservação dos corredores ecológicos, restauração dos recursos
548 hídricos, manutenção da matriz produtiva, regularização urbano-ambiental e turismo local.
549 Esses seriam os objetivos, as coisas que a APA viria para fortalecer. Outras coisas não
550 estariam proibidas, entende? Mas essas coisas... A nossa intenção é fazer uma ação
551 positiva com a APA e não vir para cercear direitos e sim para fortalecer algumas atividades,

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

552 alguns tipos de uso para aquela área. Então a gente se propõe a trazer uma apresentação
553 mais detalhada, com uma coisa mais finalizada também, depois de ir no plano diretor. Acho
554 que na próxima reunião, trazendo mais detalhes sobre isso. Essa aqui também fala sobre o
555 decreto, como é que seria, o que constaria no decreto. A zona de amortecimento do refúgio
556 da vida silvestre, que é aquele verdinho que eu mostrei para vocês, seria a própria APA.
557 Ela não teria zona de amortecimento, ou seja, para fora da APA ela não teria regramento,
558 só para dentro. E grandes empreendimentos precisariam ser passados pelo Conselho.
559 Esse Conselho está aqui descrito: duas vagas para a SMAM, uma para a SMURB, uma
560 para o DEHMAB, CADE/ SMIC que é a parte da SMIC que cuida de agricultura, Secretaria
561 de Turismo, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria da Cultura, DMAE, SEMA, Brigada
562 Ambiental, FUNAI. E nas entidades civis tem que ter um número igual. Sempre esses dois
563 lados aqui, esses dois quadradinhos, eles têm que ter um número igual de representantes,
564 certo? E os representantes civis seriam: duas ONG ambientais, duas outras ONG que
565 tivessem relação com aqueles objetivos da APA que eu mostrei para vocês. Três
566 associações de moradores inseridas na APA, duas etnias indígenas, um representante dos
567 produtores rurais. Já foi solicitado que esse número aumente, dos representantes de
568 produtores rurais. Um representante do fórum de planejamento da região 8, uma instituição
569 de ensino fundamental e médio e uma instituição de ensino superior e pesquisa. Então
570 gente, esse era só um relato mesmo. Então eu agradeço a vocês a oportunidade. E
571 ficamos à disposição para uma apresentação mais detalhada.

572 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Muito bem. Continua agora então, continua não, abrimos para
573 os conselheiros o espaço para os assuntos gerais.

574 **Jupiter Palagi de Souza, da OAB/RS:** Eu gostaria de fazer, levantar um assunto. Eu acho
575 que é muito importante dentro da cidade de Porto Alegre: que é a questão da arborização.
576 Nós temos uma questão fundamental que é a poda. Boa parte das árvores se projetam
577 para as avenidas. Então os veículos de porte mais elevado – e principalmente o ano que
578 vem; que vai ser um ano importante aí – ônibus, etc. eles têm que viajar praticamente no
579 meio da pista. E caminhões também batem nas árvores. E a poda que é feita pela CEEE
580 no caso, ela é em “v” e a preocupação é que não atinja a rede elétrica. Agora, se vai para o
581 lado da avenida, se vai para o lado da pista de rolamento, tanto faz. Então isso aí eu acho
582 que é importante começar a discutir isso, principalmente se a gente pensa numa cidade
583 moderna, uma cidade que os veículos também têm a sua função, de transportar. E devem
584 ter segurança. Porque muitas vezes... Recentemente, inclusive, teve um juiz do trabalho
585 que veio falecer numa árvore que caiu. E um outro detalhe que também acho que é
586 importante e que se possa discutir aqui, isso tudo é meio ambiente. Porque meio ambiente,
587 ele também envolve o bem estar das pessoas, é os semáforos. Eu acho que Porto Alegre
588 possui muitos cruzamentos e os semáforos não tem um controle de tempo adequado.
589 Coisa que se faz nos cruzamentos de pedestres. Muitas vezes o motorista tem que se
590 basear num semáforo de pedestre para saber quando é que vai fechar o sinal. E muitas
591 cidades ao nosso redor aqui tem esses semáforos de contagem regressiva. Isso é uma
592 evolução. Eu acho que Porto Alegre – não sei por que – não está deixando de usufruir de
593 uma tecnologia que só vai beneficiar o bem estar do trânsito. Vai humanizar mais, as
594 pessoas vão ficar mais tranquilas. Principalmente nos cruzamentos, porque vão saber
595 quando é que vai fechar. Então eu gostaria de levantar esses dois assuntos para que se
596 iniciasse uma discussão, que eu acho que é uma contribuição muito importante para o
597 futuro da cidade.

598 **Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA/RS:** O meu assunto está até
599 complementando, talvez, colaborando com o primeiro assunto do Jupiter. Em relação às
600 podas de árvores. E eu presenciei há um mês, no máximo, a poda. A CEEE têm equipes

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

601 terceirizadas que fazem essas podas. E eu entendo que essas equipes são fiscalizadas
602 pela SMAM. Só que eu assisti da janela do meu apartamento a poda de árvore que foi feita
603 no canteiro central da Cristiano Fischer. E a conclusão que eu cheguei é que eles se
604 preocupam unicamente com o fio. Eles não estão preocupados com o estado que eles
605 deixam a árvore. Eles, em alguns casos, umas árvores pequenas que tinham ali bem na
606 frente do meu prédio. Eles quase que destroem a árvore. Porque se o fio está no lado
607 direito da árvore, eles cortam todo o lado direito e a árvore fica só com galhos para o lado
608 esquerdo. Então a minha sugestão, Secretário, seria que intensificasse a fiscalização no
609 sentido de que não se preocupasse só com o fio elétrico. Eles têm que se preocupar com o
610 equilíbrio daquela árvore que ficou ali. Então eles têm que complementar a poda. Primeiro
611 a legislação deve mandar que deixe uma distância “x” do fio, depois tem alguém olhar e se
612 preocupar: vamos equilibrar essa árvore. Fazer alguma coisa que deixe ela num melhor
613 equilíbrio. Porque como era no canteiro central – foi o que o Jupiter falou – aquela árvore
614 ela vai crescer totalmente para o lado da pista de circulação dos veículos. Eu acho que no
615 segundo assunto do Jupiter também, eu queria colocar que nós estamos na nossa Câmara
616 de Infraestrutura, também nós temos o assunto de mobilidade urbana. E eu acho que
617 esses assuntos nós podemos também levar para discussão dentro da nossa Câmara de
618 Infraestrutura. É isso aí.

619 **Jupiter Palagi de Souza, da OAB/RS:** Só para complementar, rapidinho Secretário. Isso
620 gera responsabilidade objetiva, pelo artigo 37 da Constituição. Então isso é importante a
621 gente estar antenado, vamos dizer assim, quanto à legislação também. Porque o órgão
622 municipal ele passa a ser responsável de forma objetiva, dentro do artigo 37. E isso pode
623 trazer consequências. Então eu acho que é importante a questão da poda, principalmente
624 que se faça um controle adequado da poda também. E se acompanhe – como bem colocou
625 o Carlos – essa poda da CEEE. Porque senão nós estamos distorcendo a espécie vegetal
626 naquela fase que é importante, vamos dizer assim, do crescimento.

627 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Já respondendo para os dois conselheiros. Esse está sendo um
628 dos problemas que nós temos, dada à rotatividade daqueles que executam as podas. Já
629 estão sendo feitas tratativas até como uma forma de organizar essa atividade. As
630 empresas, os trabalhadores que vão executar esse trabalho, eles passem por uma... Como
631 é que eu vou dizer?

632 **Sem identificação:** (...).

633 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Eu acho que a palavra correta é essa. De que a poda não é
634 simplesmente decepar os galhos que estão próximos aos fios. Então já está sendo tratado
635 com a CEEE e deverão ser feitos uma espécie de cursos para esse pessoal. Agora, não é
636 uma tarefa simples, mas necessária.

637 **Fernanda Zimmermann Teixeira, do Instituto Econsciência:** Eu queria retomar a
638 questão que eu falei antes, da rede de alta tensão, aquele processo de licenciamento. Se
639 não tiver informações hoje, para que isso entre na pauta da semana que vem. Por passar
640 na área dos corredores e trazer um retorno para os conselheiros. Porque isso já foi falado.
641 E a outra coisa que eu gostaria de retomar – isso também já foi falado em algumas
642 reuniões atrás – é a questão do mapeamento do licenciamento. Que eu sei que isso ainda
643 não está disponível dentro da SMAM. Mas fazer um esforço e alguma pressão como
644 Conselho para que a SMAM possa disponibilizar espacialmente a localização dos
645 empreendimentos que estão em processo de licenciamento. Isso vai ser bem importante
646 para que possa se analisar toda a questão conjuntamente e não caso a caso. Obrigada.

647 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Inclusive este é um dos nossos pleitos junto à PROCempa.
648 Para que a gente disponha de um programa que nos permita isso. Porque, por exemplo, se
649 nós formos fazer esse levantamento hoje, teria que ser processo a processo, manual.

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

650 Então, por incrível que pareça, ainda – apesar de estar há tempos já sendo cobrada,
651 reivindicada – a implantação de um sistema com esse objetivo – e a gente não vai fugir
652 disso – até porque me parece que se não for instalado um banco de dados dentro daquilo
653 que... Quem trabalha nesse setor, vocês aí estão habituados a lidar. A SMAM vai se
654 ressentir um pouco desse – me permitam chamar – atraso tecnológico. Mas esta está
655 sendo uma batalha da SMAM junto à PROCEMPA. O conselheiro Paulo.

656 **Sem identificação:** (...).

657 **Paulo Brack, do INGÁ:** Eu creio, na mesma linha. Talvez, Secretário, se poderia solicitar,
658 não sei para setores da CAM ou setor de licenciamento da SMAM. Pelo menos os maiores
659 empreendimentos, os de maior porte, que a gente tenha informação da quantidade. Pelo
660 menos que se tenha um pequeno extrato daqueles maiores que estão aqui na SMAM. Eu
661 acho que isso no mínimo, pelo setor de informática, isso aí é uma coisa simples até de
662 fazer. Porque, querendo ou não dever ter. É claro que para chegar nesse ponto de ter
663 todas as informações, a gente até reconhece a dificuldade. Mas pelo menos aqueles
664 maiores, que são às vezes até empreendimentos de 100, 200 hectares, que realmente...
665 400, pior ainda. Eu acho que aí são situações. Eu acho que vamos pegar então aquilo que
666 é prioritário. Porque senão a gente vai ficar esperando quem sabe daqui uns anos. E as
667 coisas vão acontecendo. Então eu acho que fica aí a nossa sugestão. Que pelo menos
668 para a próxima reunião ou para a reunião das áreas naturais. Não sei se isso está sendo
669 chamado lá. Não sei. Eu acho que é uma questão que nós do Ingá já havíamos pedido isso
670 há três ou quatro anos atrás também. Porque eu acho que a partir do momento que
671 qualquer tipo de planejamento de áreas naturais, ela tem que partir do estado da arte da
672 situação atual. É que nem o desmatamento da Amazônia, quanto que está sendo,
673 conversão, o IBAMA, os órgãos federais, órgãos estaduais, enfim, municipais eles têm que
674 ter a cada ano um levantamento daquilo que sobrou. Eu acho que é como uma situação
675 que a gente possa saber. Para saber a tendência. Para saber se pelo menos aquilo que a
676 gente entende que é preocupante do ponto de vista de avanço, de áreas urbanas e áreas
677 naturais, não seja um mero alarmismo. Que a gente tenha dados para poder talvez até,
678 quem sabe, a nossa percepção não seja tão... Porque a minha percepção, do Ingá, e pelos
679 relatos que a gente tem e indo a campo a gente vê que a Zona Sul, por exemplo, está
680 havendo uma explosão de empreendimentos em áreas, nas mais variadas áreas, enfim. E
681 a gente gostaria de ter isso em termos de números para poder em cima disso então, poder
682 usar um pouco de lógica para planejar aquilo que a gente acredita, dentro da legislação,
683 enfim, o que tem que sobrar. O que tem que sobrar. Tá. Vai construir aqui. Mas o que
684 sobra? Então a gente vem reiteradamente pedindo isso. Eu acho que é uma questão que
685 deveria quem sabe...

686 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Conselheiro Paulo. Mais na área da construção civil. É isso?

687 **Paulo Brack, do INGÁ:** (...).

688 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Tá. Ok.

689 **Neusa Henrich da Rocha, do DMAE:** Complementando o que o Paulo vinha dizendo.
690 Então eu entendo que seria mais um layer em cima da base que a prefeitura já tem. Talvez
691 um dia a gente conseguisse ter um plano diretor bem mais inteligente se nós tivéssemos
692 todos esses dados. Que é começar um por um mesmo. Não tem outra alternativa. Ter um
693 cadastro, ir registrando um a um os empreendimentos.

694 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Tá bem Neusa. É isso aí. O Jupiter. Eu ia chamar de Saturno de
695 novo. Jupiter.

696 **Jupiter Palagi de Souza, da OAB/RS:** Só para complementar essas colocações que
697 foram feitas com relação à importância de se ter digitalizado principalmente os principais
698 projetos. Eu fiz uma sugestão na época do ex-Secretário, na primeira gestão ainda, do

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

699 Zachia. E depois eu acho que se perdeu aquilo ali no tempo. Ele até gostou da ideia, que
700 se fizesse a compra desse equipamento. Na verdade, o que se tem hoje? Se tem essas
701 impressoras que você passa todo o processo ali dentro. Aquilo é rápido e ele digitaliza em
702 PDF e você salva. Isso poderia ser feito dentro da SMAM. Aquilo que pode ser feito
703 diretamente aqui na secretaria. E é um equipamento que vai servir para outras finalidades.
704 E não é caro. Um equipamento que poderia digitalizar esses principais processos, colocar
705 aí. Porque muitas vezes alguns conselheiros gostariam de fazer a consulta desses
706 projetos. Na ocasião, ao invés da pessoa sair com o processo para casa, por exemplo, um
707 processo desses aqui. O risco, de repente o cara bate ou alguém rouba, enfim, o que for. E
708 depois? E aí como é que vai ser? Então digitaliza, bota num máquina, aquilo é rapidinho,
709 ele passa em PDF e já fica num banco ali na própria Câmara. E aí então quem quiser pode
710 acessar ali e ver o projeto e dar o parecer, enfim.

711 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Tá bem. É isso que a gente persegue.

712 **Jupiter Palagi de Souza, da OAB/RS:** E é um equipamento barato. Serve para xerox
713 também.

714 **Cláudio Dilda, da SMAM:** Mais alguma manifestação? Assim que a CEEE nos repassar os
715 planos de expansão das redes de transmissão traremos as informações. Mais algum
716 conselheiro que queira fazer uso da palavra? Considerando não mais termos então
717 assuntos gerais, declaro encerrada a reunião. Muito obrigado pela presença e até a
718 próxima.